



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**



Aluno: _____

Escola: _____

Data: ___/___/___

Ano de Escolaridade: 9º

Professor (a): _____

Disciplina: **História**

Semana 25: de 09 a 13 de agosto de 2021

Conteúdo(s) desenvolvido(s): Era Vargas: transformações políticas e socioeconômicas.

Motive-se! Aprenda! Vídeo: <https://youtu.be/fnUEKuQikz0>

O crescimento da indústria nacional na Era Vargas

A crise econômica mundial da década de 1930 afetou profundamente os agroexportadores brasileiros, o que resultou no desenvolvimento de uma indústria nacional que começou a produzir bens que eram, até então, importados para o país. De 1933 a 1939, a indústria nacional cresceu 11,3%, enquanto que o setor agrícola cresceu apenas 1,7%.

Principalmente no início de 1937, o crescimento industrial foi incentivado pelo Estado, que lançou diversas medidas para isso, incluindo incentivos fiscais e tributários, incentivos no sistema de crédito e especialmente a contenção salarial. Nos blocos em que o setor privado brasileiro não conseguia se desenvolver por falta de recursos, o Estado criou suas próprias empresas. Em 1941, foram iniciadas as obras de construção da Companhia Siderúrgica Nacional, situada em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro. No ano seguinte, a Companhia Vale do Rio Doce foi inaugurada em Minas Gerais, com o objetivo de explorar minério de ferro que seria utilizado para abastecer a indústria siderúrgica. A Segunda Guerra Mundial, que ocorreu entre os anos de 1939 a 1945, contribuiu ainda mais para o progresso da industrialização nacional. Os países que estavam envolvidos no conflito dedicaram suas indústrias quase completamente aos esforços de guerra. Isto favoreceu as exportações de minérios brasileiros e de matéria prima. Simultaneamente, as indústrias nacionais de papel, cimento, vidro e alumínio também se desenvolveram.

A guerra na Europa fez com que o combustível se tornasse ainda mais importante. Isso serviu como incentivo para que o governo brasileiro iniciasse a exploração do petróleo no país. O Conselho Nacional de Petróleo, criado em 1938, iniciou suas pesquisas no interior da Bahia; já no ano seguinte, jorrava petróleo na localidade de Lobato. Porém, mesmo a produção nacional de petróleo foi insuficiente para atender a demanda interna, que continuou dependente das importações.

Entretanto, apesar deste grande desenvolvimento industrial, a economia brasileira continuava dependente, já que a exportação de bens agrícolas como o café, o algodão e minérios continuaram sendo a base de sua política comercial. O Brasil não produzia bens de capital, tão necessários para a fabricação de outros produtos. Os principais bens industriais produzidos no país eram não duráveis, e o maquinário e os equipamentos continuavam sendo importados.

O crescimento industrial resultou em maior concentração de renda, no aumento do desemprego e em baixos salários. Getúlio Vargas trabalhou para firmar acordos entre as

classes dominantes e suas políticas econômicas eram implementadas de modo a não prejudicá-las. O Estado foi capaz de satisfazer as oligarquias rurais e a burguesia industrial, já que seus interesses não estavam em conflito. As outras classes sociais não participavam das decisões do “Estado de Conciliação”, ou “Estado de Compromisso”.

Nos estados, Getúlio obteve o apoio dos latifundiários; em troca, o Presidente apoiou o direito deles de manter grandes propriedades rurais e implementou medidas protecionistas para apoiar a exportação agrícola. Estas políticas agravaram a concentração fundiária – uma realidade que continua a existir até os dias de hoje. Os trabalhadores do campo nunca tiveram a oportunidade de se tornarem proprietários de suas próprias terras: eles viviam em condições terríveis e frequentemente ficavam endividados com seus patrões.

Em termos de política nacional, o poder das oligarquias diminuiu, mas estas continuaram tão influentes quanto antes no poder estadual e municipal. As oligarquias aproximaram-se dos interventores, tentando obter favores do governo.

Para os trabalhadores urbanos, o Estado Novo estabilizou sua situação, subordinando-os aos sindicatos do Ministério do Trabalho, que foi criado por Getúlio Vargas em 1930. Desde a criação do Ministério do Trabalho até o ano de 1937, 118 leis trabalhistas foram promulgadas pelo governo, com o propósito de regulamentar as relações entre empregadores e empregados. Entre essas leis, havia uma que expulsava do Brasil todos os operários estrangeiros que apoiavam o anarquismo e as lutas sindicais. Outra obrigava os empresários a contratar, em sua maioria, trabalhadores brasileiros. Greves e outras formas de protesto foram proibidas; por outro lado, o governo fez concessões, tais como a criação do salário mínimo.

As diversas leis trabalhistas foram criadas em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – muitas das quais continuam em vigor.

ATIVIDADES

- 1) Quais foram as consequências da crise Econômica mundial da década de 30, para o Brasil?

- 2) Quais as medidas implementadas, em princípio de 1937, pelo Estado brasileiro, para incentivar a economia?

- 3) Quais foram as concessões feitas, pelo governo de Getúlio Vargas, aos trabalhadores?
